



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Legislativo
Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fernando Capez – Presidente	Enio Tatto: 1º Secretário Edmir Chedid: 2º Secretário Adilson Rossi: 3º Secretário Afonso Lobato: 4º Secretário	Maria Lúcia Amary: 1ª Vice-Presidente Analice Fernandes: 2ª Vice-Presidente Jooji Hato: 3º Vice-Presidente Antonio Salim Curiati: 4º Vice-Presidente
-----------------------------	--	---

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000 www.al.sp.gov.br
Volume 126 • Número 232 • São Paulo, quarta-feira, 14 de dezembro de 2016 www.imprensaoficial.com.br

CPI da Merenda aprova relatório final

Documento propõe a apuração de responsabilidade civil de pessoas e instituições privadas

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

Com oito votos favoráveis e um contrário, o relatório final da CPI da Merenda, de autoria do deputado Estevam Galvão (DEM), foi aprovado na reunião desta terça-feira, 13/12, na Assembleia Legislativa. O deputado Alencar Santana (PT) apresentou e votou um relatório em separado com diferentes conclusões.

De acordo com o relator Galvão, a CPI realizou 38 oitivas num período aproximado de 72 horas e votou mais de 160 requerimentos. Galvão afirma que o relatório retrata fielmente todos os trabalhos da comissão. “Não é papel da CPI condenar ninguém, mas sim investigar”, disse Galvão.

O relatório aprovado determina que os trabalhos da CPI sejam encaminhados ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à



Deputado Marcos Zerbini preside a reunião que aprovou o relatório apresentado pelo deputado Estevam Galvão

Secretaria estadual da Educação. Ele recomenda que sejam promovidas as medidas cabíveis no intuito de apurar a conduta de cada um dos dirigentes estatutários e funcionários das cooperativas agrícolas para responder por eventuais prejuízos gerados ao erário público.

O documento do relator aponta a possibilidade de ação penal contra o ex-presidente da Cooperativa

Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), Cássio Chebabi; os funcionários da Coaf, César Bertholino e Emerson Gerardi; o ex-presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, Sebastião Misiara; os agentes públicos da Assembleia Legislativa, Jéter Rodrigues e José Merivaldo dos Santos; e Marcel Ferreira Júlio, entre outros nomes.

Também foi encaminhada a

recomendação de apuração, na esfera civil, do cabimento de processo judicial para responsabilizar a Coaf, a Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis (Coagrosol), o vice-presidente da Coaf, Carlos Alberto Santana, e os agentes da Secretaria da Educação, pelos eventuais prejuízos causados à administração pública estadual, em face da aquisição de produto

alimentício que, na verdade, provinha de grandes fornecedores, nas chamadas públicas dos anos de 2011, 2013 e 2014.

Alencar Santana criticou a demora e burocracia do envio de informações de órgãos públicos para a CPI. Ele também apontou lacunas durante o andamento da CPI e concluiu que a “luta se deve aos estudantes e à pressão popular”.

Por determinação do presidente da CPI, deputado Marcos Zerbini (PSDB), manifestantes que gritavam palavras de ordem durante os debates dos parlamentares foram retirados do plenário. João Paulo Rillo (PT) protestou contra a decisão. Para ele, houve agressão dos policiais militares na retirada dos manifestantes. Já a deputada Márcia Lia (PT) afirmou que iria fazer um boletim de ocorrência, frisando que sua única exigência era que não houvesse agressões aos estudantes.

Salim Curiati recebe Colar de Honra ao Mérito Legislativo



Deputados homenageiam decano da Assembleia

O deputado Antonio Salim Curiati (PP) recebeu, nesta terça-feira, 13/12, em sessão solene realizada na Assembleia Legislativa, o Colar de Honra ao Mérito Legislativo. A homenagem, conduzida pelo presidente Fernando Capez, contou com a presença de

autoridades estaduais, federais e municipais, entre secretários de Estado, deputados, prefeitos e vereadores, representantes do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, além de vários membros da família de Curiati. **Pág. 3**

Plenário aprova PLCs que beneficiam Defensoria Pública

SÍLVIO BARONI - FOTO: MAURÍCIO GARCIA

Os deputados aprovaram nesta terça-feira, 13/12, o PLC 40/2016, do Executivo, que altera parte da Lei Complementar 988, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de defensor público. A proposição disciplina a alocação de recursos necessários para atividades de assistência judiciária suplementar, conferindo maior segurança aos profissionais que desempenham tais funções. A proposta não compromete os demais recursos destinados à Defensoria Pública.

Também foi aprovado o PLC 25/2016, de autoria da Defensoria, que trata da carreira de defensor público do Estado. O projeto prevê a compensação por



atividades realizadas nos finais de semana, feriados ou recessos, mediante ato do defensor público-geral do Estado.

Serviços notariais

Os deputados ainda aprovaram o PL 608/2016, do governador, que dispõe sobre taxas praticadas

pelos serviços notariais e de registro, com o objetivo de recompor, ainda que parcialmente, as receitas destinadas à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro – Carteira das Serventias, em razão de perdas financeiras que o setor vem sofrendo.